

Dora Kramer*

O que será do amanhã em 2026?

Retrospectivas são mais fáceis de fazer, já que não se prestam ao cotejo com a realidade e lapsos de memória contam com os auxílios digitais. Perspectivas sobre o ano que começa daqui a pouco, no entanto, é que são elas. Especialmente traiçoeiras na política, tema submetido aos notórios movimentos das nuvens. Isso quando não mudam ao sabor de tempestades. Daí que o escrito no apagar de 2025 não necessariamente valerá como previsto no amanhã de 2026. Feita a ressalva, vamos ao que talvez nos reserve o novo ano. O acontecimento mais falado refere-se à expectativa de que a eleição de outubro seja a última tocada ao ritmo de idolatrias e rejeições das torcidas organizadas em torno de Luiz Inácio da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL). Será mesmo? Depende. Se Lula for reeleito e os herdeiros do sobrenome do antecessor obtiverem bons desempenhos, serão mais quatro anos do mesmo embate. Mas, na hipótese remota de o centro conseguir representar a maioria que nas pesquisas diz rejeitar a tutela dos campos extremos, pode ser diferente. Aguarda-se também a formação de um Congresso

com baixo índice de renovação de mandatos na Câmara devido aos recursos das emendas usados como recursos de campanha. No Senado, direita e esquerda anunciam planos de dominação ideológica. Será mesmo? De novo, depende. Se o debate for em parte deslocado da competição presidencial para a melhoria do Parlamento, pode ser que o eleitorado seja estimulado a exercer controle prévio de qualidade sobre os congressistas. Dos prognósticos eleitorais faz parte a ideia de que a segurança pública será o assunto dominante a moldar o comportamento dos candidatos e definir os votos. Outra vez, cabe perguntar se será isso mesmo. Depende. Ganhará corpo se houver debate racional e consistente, mas tenderá a se esvaziar caso a demagogia tome conta do ambiente. São escolhas que dirão se 2026 será um ano de terreno fértil para o avanço ou um latifúndio improdutivo em tributo ao atraso.

*Jornalista e comentarista de política

Paulo Cesar de Oliveira*

Lula pode vetar Lei da Dosimetria

A expectativa da semana, além dos presentes do Papai Noel, claro, fica por conta da Lei da Dosimetria. Aprovada com folga no Senado, a lei feita para beneficiar o ex-presidente Bolsonaro, vai agora à sanção do presidente Lula. O presidente já avisou que, tão logo chegue à sua mesa, a lei será vetada. Fala também em marcar o 8 de janeiro com o veto. Ele é contra a redução das penas que gera impunidade e estimula novas aventuras. Mas o tema ainda vai render muita discussão. No Supremo existem manifestações de uma possível revisão das penas dos condenados pelo 8 de janeiro. Não como prevê a Lei da Dosimetria. Os ministros já aceitam rever as penas, admitindo alguns excessos, mas com análise de cada caso em separado. O Senado não quer assim. Quer redução geral, única forma de beneficiar o ex-presidente. Se teremos dosimetria ou não, só ficaremos sabendo em fevereiro, quando o Congresso voltar a se reunir, isto se Lula cumprir a promessa e vetar mesmo o que foi aprovado. Os sinais são de que a turma da dosimetria vai perdendo força. Esvaziado ou não, este será o assunto dos primeiros meses de 2026, um ano que de muito radicalismo político e de muita tentativa de criar fatos, como este envolvendo a campanha das sandálias Havaianas apenas

porque fala em não iniciar o ano usando o pé direito. Fizeram disso um fato político. Podem esperar outros. Um certo, envolve as emendas parlamentares. Deputados e senadores não se ruborizaram em tirar verbas de programas sociais para garantir bilhões aplicados nas emendas parlamentares. Mais, exigiram que parte destes recursos seja liberado até julho para fazer média com os eleitores. Quem é parlamentar, seja federal ou estadual tem nas emendas um bom reforço de campanha. Mas o governo, com Lula em busca de um quarto mandato, não fica atrás e sinaliza o lançamento de novos programas sociais que sempre atraí eleitores. A turbulência no país em 2026, podem esperar, não ficará apenas entre Legislativos e Executivos, federais e estaduais. Os sinais são de aumento das pressões contra o Judiciário, em especial contra o ministro Alexandre de Moraes que sofre uma campanha pesada de difamação. O seu impeachment já passou a ser assunto não apenas de bolsonaristas, mas de alguns setores da sociedade. Enfim, não esperem um 2026 tranquilo. Será sim um ano de muitas crises. Tomara que poupem a economia. E que o brasileiro seja responsável com seu voto.

*Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Barros Miranda*

As efemérides de 2026

Mais um ano começa e os aniversários dos fatos históricos são lembrados. Há muitos, mais aqui vão os mais destacados. Obviamente que começaremos pelo Brasil, com os 495 do início da colonização portuguesa nas terras tupiniquins, com as capitanias hereditárias, em 1531. Ainda no Brasil Colônia, os 255 anos da Era do Marquês de Pombal, marcado por grandes reformas por aqui. Seguindo mais adiante na linha do tempo, os 195 anos da abdicação de Dom Pedro I do trono, para voltar a Europa e assumir a coroa portuguesa. Falando em Europa, não se deve negar o início da Era Napoleônica, há exatos 225, que mudou completamente a estrutura do continente e fez o Brasil dar o primeiro passo para ficar independen-

te. Ainda no continente europeu o início e o fim do ludismo, entre 1811 e 1816, no qual trabalhadores quebraram as máquinas de tear, num protesto por melhores condições laborais. Voltando para a América, os 250 anos da independência dos Estados Unidos perante à Inglaterra. E os 135 da segunda constituição brasileira, sendo a primeira da era republicana, feita pelos militares em 1891. Para encerrar, os 80 anos da primeira redemocratização do Brasil, depois do fim da ditadura de Vargas (1930-1945), com a eleição e posse de Dutra como presidente do Brasil. E os dez anos do impeachment de Dilma Rousseff.

*Historiador e Jornalista

Vinícius Lummertz*

O combo 2025 é 2026

Na virada para 2026, o Brasil não está fechando um ano. Está emendando um ciclo. 2025 e 2026 viraram um combo, uma combinação de anos que se comporta como um contínuo. Por aqui, esse “ano alongado” só termina com o sufrágio e a apuração das urnas. É um calendário psicológico, não apenas eleitoral: a sensação de disputa permanente e de que, daqui em diante, vale tudo a qualquer preço. Como advertiu Carl von Clausewitz, a política é a continuação da guerra por outros meios. Neste sentido, a América Latina é um continente em disputa. Ray Dalio, um dos maiores gestores de hedge funds do mundo, ajuda a enxergar o mecanismo por trás do ruído. Para ele, populismos de esquerda ou de direita não são ideologia: são reação. Explodem quando a pessoa comum conclui que o sistema foi capturado, porque a distância entre riqueza e oportunidades aumenta, conflitos de valores se intensificam e o Estado deixa de funcionar para a maioria. A política deixa de ser sobre produzir mais e vira uma guerra sobre quem fica com o que já existe. Nos EUA, porque a economia cresce e não redistribui. No Brasil porque o país não investe e não deixa de investir. Em nosso país, o fim de 2025 ganhou um símbolo que transformou a virada do ano numa sequência de audiências e manchetes: a crise do Banco Master, até o último dia. O caso virou teste de supervisão bancária, segurança jurídica e, sobretudo, confiança institucional. Depois da liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central em 18 de novembro de 2025, o tema escalou ao debate público e ao Judiciário, alimentando a percepção de choque entre poderes e de imprevisibilidade regulatória. O efeito colateral é direto: se ninguém sabe qual regra valerá amanhã, investimento e poupança recuam hoje. O Brasil estaria na lona não fossem as exportações de commodities. Esse desgaste do “árbitro” não é exclusividade brasileira. Nos Estados Unidos, na agenda externa invadiu o ano novo como se o calendário fosse como fórmula de reset contínuo. Netanyahu voltou ao centro da política americana em discussões sobre Irã, num ambiente em que cada decisão internacional reverbera como conflito interno. Ao mesmo tempo, manifestações no Irã apareceram como sintoma de um regime pressionado e de uma região em combustão lenta, com repressão e tensão social explícitas. Os vários contextos externos ampliam o “contínuum” de instabilidade. Na Europa enfraquecida, a guerra da Ucrânia continua sendo o relógio que não para. Zelensky fechou o ano falando em negociação, mas rejeitando um acordo “fraco” e

apontando que o nó decisivo segue sendo território, especialmente o Donbass. E, por baixo do conflito militar, há um conflito econômico: uma indústria que patina, custos elevados, insegurança e sinais de fadiga na manufatura, com índices e relatórios indicando fraqueza persistente - 2025 não para! No Indo-Pacífico, a geopolítica virou agenda doméstica de quase todos. A China realizou exercícios de grande escala ao redor de Taiwan, e os Estados Unidos responderam com um pacote recorde de US\$ 11,1 bilhões em vendas de armas para a ilha, empurrando a região para mais militarização e mais ruído estratégico. O Japão, por sua vez, aprovou um orçamento recorde de defesa, sinalizando que a arquitetura de segurança do pós-guerra está sendo reescrita em tempo real. E há a outra camada, menos dramática e mais decisiva: a geoeconomia. Enquanto o mundo se rearma, ele também se tarifa. A China anunciou sobretaxas sobre carne bovina acima de cotas a partir de 1º de janeiro de 2026, afetando exportadores como o Brasil e mostrando como o comércio pode virar instrumento de política interna. No Brasil, o protecionismo “verde” também entrou no pacote: a importação de veículos eletrificados seguirá um cronograma de alta, com alíquota prevista para chegar a 35% em julho de 2026. E, no pano de fundo, o acordo Mercosul-União Europeia segue como promessa que não virou assinatura definitiva, embora líderes insistam que pode destravar no começo de 2026. É por isso que 2025 não terminou. Ele apenas mudou de nome e entrou em 2026 carregando seus conflitos engatilhados, suas disputas internas abertas e sua instabilidade global como cenário. A pergunta do “combo” 25–26 é se aprenderemos a quebrar o ciclo antes que ele nos quebre. O Brasil segue no seu autismo político, com o perdão da comparação. Para nós, a saída não é moralismo nem gritaria digital. É previsibilidade: transparência, punição rápida a privilégios e corrupção, responsabilidade fiscal com foco em mobilidade social e um Estado que volte a entregar o básico. Por isso, 2025 só acaba quando a população e líderes, elites, formadores de opinião pensem e exijam dos que disputam o poder de 2026; que digam com clareza e por escrito o que planejam para o país. Meu desejo para o ano novo é simples: exigir planos.

*Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.